



**PROJETO DE LEI Nº 97/2024**

**Autora:** Vereadora Solange Duailibe

**DISPÕE SOBRE A GARANTIA DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À MATRÍCULA E À TRANSFERÊNCIA DOS FILHOS, OU DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB SUA GUARDA, NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PALMAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**, Estado do Tocantins, aprova:

Art. 1º Toda mulher vítima de violência doméstica e familiar de natureza física, psicológica e/ou sexual, nos termos do art. 7º, incisos I a V, da Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, terá direito de preferência de matrícula e transferência de matrícula de seus filhos ou de crianças e adolescentes sob sua guarda definitiva ou provisória, nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Palmas.

Art. 2º Para garantir o direito de preferência previsto nesta Lei, a mulher vítima de violência doméstica deverá apresentar cópia do boletim de ocorrência (BO), em que conste a descrição dos fatos ou cópia da decisão judicial que concedeu medida protetiva, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº 11.340, de 2006.

Parágrafo único. Os documentos relacionados no caput deste artigo e demais dados referentes ao benefício concedido por esta Lei serão protegidos e mantidos sob sigilo pela instituição escolar.



Art. 3º Fica vedada a discriminação de qualquer natureza do(s) filho(s) e da mulher vítima de violência doméstica que requeira o direito de preferência estabelecido nesta Lei e das crianças e dos adolescentes matriculados em razão deste direito.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor no ano letivo seguinte ao de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

A violência doméstica é um grave problema social que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, causando danos físicos, psicológicos e emocionais. As mulheres vítimas desse tipo de violência muitas vezes enfrentam dificuldades adicionais, como a garantia do acesso à educação de seus filhos, especialmente em situações de separação ou busca por medidas protetivas.

O presente projeto de lei visa garantir o direito de preferência de matrícula e transferência dos filhos, ou de crianças e adolescentes sob a guarda de mulheres vítimas de violência doméstica, nas escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Palmas. Essa medida tem o objetivo de proteger e amparar essas mulheres, garantindo que seus filhos tenham acesso à educação de forma prioritária, independentemente das circunstâncias em que se encontram.

Além disso, a lei busca combater a discriminação e o preconceito que essas mulheres e seus filhos muitas vezes enfrentam, assegurando que o direito à educação seja respeitado e protegido. A proteção e o sigilo dos documentos relacionados ao benefício concedido por esta lei são fundamentais para garantir a segurança e a privacidade das vítimas de violência doméstica.

Portanto, considerando a importância da educação para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como a necessidade de proteção e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica, o presente projeto de lei se mostra relevante e necessário para garantir a efetivação desses direitos fundamentais.



ESTADO DO TOCANTINS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS**

**Gabinete da Vereadora Solange Duailibe**



Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto de lei, visando a melhoria e o bem-estar dos cidadãos de nosso município.

Sala das Sessões, Palmas – TO, 11 de março de 2024

**SOLANGE DUAILIBE**

Vereadora